

ARTIGOS - DOSSIÊ

CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS E A REPRESENTAÇÃO DO/A AFRICANO/A

CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS AND THE REPRESENTATION OF THE AFRICAN

AIDA GOMES DA SILVA¹

Universidade Federal de Rio Grande

<https://orcid.org/0000-0001-7980-3698>

agomesdasilva@yahoo.com

RESUMO: O romance *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, editado em Portugal e no Brasil, foi largamente considerado pela crítica literária como uma denúncia anticolonial. Exaltado pela crueza da sua linguagem e desmascaramento de práticas degradantes dos ex-colonizadores portugueses, a pergunta “a quem serve esta denúncia meio século após o fim do império português?” raramente foi articulada. Neste artigo pretende-se demonstrar, não apenas a extemporaneidade da denúncia, mas a anulação da voz do sujeito negro, cuja objectificação perpetua a reinscrição da sua subalternidade na literatura contemporânea portuguesa. Num tom pretensamente irônico, a autora retoma o modelo de romance colonial da primeira metade do século XX e reescreve em letras vivas o pensamento de supremacia racial no campo literário contemporâneo português.

PALAVRAS-CHAVE: Memória colonial; Literatura colonial; Racismo; Denúncia anticolonial.

ABSTRACT: The novel *Caderno de memórias coloniais*, by Isabela Figueiredo, printed in Portugal and Brazil, was widely acclaimed by literary critics as an anti-colonial denunciation. Praised for the crudeness of its language describing the cruelty of the former Portuguese colonizers, the question “who does this denunciation serve half a century after the end of the Portuguese empire?” was rarely articulated. This article will argue both the extemporaneousness of the denunciation, and the cancellation of the black subject’s voices, whose objectification perpetuates the re-inscription of its subalternity in contemporary Portuguese literature. In a supposedly ironic tone, the author retakes the colonial novel model from the first half of the 20th century and recasts in vivid letters the racial supremacy’s thoughts in contemporary Portuguese literary field.

KEYWORDS: Colonial memory; Colonial literature; Racism; Anti-colonial denunciation.

¹ Doutoranda em História da Literatura na Universidade Federal de Rio Grande – Furg, Rio Grande, Brasil.

O romance *Caderno de memórias coloniais*², de Isabela Figueiredo, publicado no Brasil em 2018, e com múltiplas edições em Portugal, descreve as memórias de infância e adolescência da autora, nascida em Moçambique em 1963. São memórias marcadas por um amor filial conturbado e pela brutalidade do sistema colonial português. Optando por uma narrativa implicitamente autobiográfica, Figueiredo confere-lhe legitimidade testemunhal, reivindicando autenticidade ao interligar a esfera pessoal com a coletiva. A narrativa, para além de uma autobiografia, pretende também ser uma “heterobiografia”, ou seja, “a história simultânea dos outros e da sociedade”, como definido por Candido (1989, p. 56). O contexto colonial retratado expõe o racismo; a exploração laboral da população local; a violência sexual do colono para com a mulher moçambicana negra, realçando noções de bestialidade e promiscuidade sobre a sexualidade negra; e, finalmente, a hipocrisia da pequena burguesia colonial, aparentemente incôscia das aspirações nacionalistas do povo moçambicano.

No romance, às afirmações públicas de caráter político e social, juntam-se cenas do quotidiano e descrições intimistas que destacam o seu caráter autobiográfico. Refletindo uma heterogeneidade discursiva de vozes representando inequivocamente o ponto de vista do/a colono/a branco/a num contexto colonial e pós-imperial, o “espaço autobiográfico”³ é povoado por vozes cuja dimensão interativa marcam uma prefiguração delas dentro de um *eu* discursivo, ou seja, uma consideração do *outro* como parte do *eu* enunciado ao longo da narrativa. Além disso, as palavras alheias expressam sentidos, tradições, verdades, crenças e visões do mundo apropriadas pelo sujeito narrador com naturalidade (ARFUCH, 2010, p. 67).

Assiste-se igualmente, desde o começo, a uma clara identificação da figura do pai como personificação da perversidade colonial. A autora, referindo-se ao pai, explica: “O que ali se mostra é um homem do seu tempo, no seu contexto, tão racista como os que eram racistas, e eram muitos, na metrópole e no ultramar” (FIGUEIREDO, 2015, p. 13). Nesta abertura, Figueiredo, após seis reedições do romance, munida do conhecimento que a passagem do tempo providenciou, achou por bem conduzir o leitor a uma leitura focalizada, influenciando, dessa forma, a sua interpretação dos fatos retratados (MARQUES, 2021, p. 774). Referindo-se à “quase psicanálise coletiva” ocasionada pelo romance por aqueles que se identificaram na memória colonial por ela traçada, a autora valida, em “Palavras prévias”, descritivamente, o teor do

² A versão do romance utilizada neste artigo é a 6ª edição, em *e-book*.

³ Para um maior aprofundamento teórico, veja-se: ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*.

romance como uma “fabricação de uma identidade nacional indefinida marcada pela desterritorialização”, subentendendo-se o processo de descolonização (FIGUEIREDO, 2015, p. 10-11). Dentro dessa perspectiva, José Gil (2015, p. 23; 27), no prefácio, aponta a singularidade do romance ao desmascarar “a verdade nua e brutal do colonialismo português em Moçambique”, pronunciando-se empaticamente sobre o “múltiplo e violento estilhaçamento gerado pela sua condição de filha de colonos” não pertencentes à elite colonial.

Marcante nesta edição é a inclusão de um prefácio da autora moçambicana Paulina Chiziane, no qual ela enaltece a escrita de Figueiredo por abordar sem tabus questões da sexualidade e do racismo, e por denunciar o poder patriarcal colonial. À escritora (coincidentemente negra), parece não ter passado despercebido que a palavra *preto*⁴ aparece 64 vezes e a palavra *pretalhada* 5 vezes ao longo das 77 páginas do romance. No seu prefácio, a palavra “racista” aparece 8 vezes, e no que concerne à sexualidade das mulheres negras, numa aparente contrarresposta, Chiziane (2015, p. 16) retribui os abusos dos/as colonos/as expostos no romance, explicitando que as mulheres moçambicanas não somente ridicularizavam as mulheres brancas, mas lucravam com a transação sexual com os seus maridos: “Entre cervejas e risos elas gozavam com os brancos e brancas. Diziam elas que homem branco é dinheiro. Homem preto, é gosto, é prazer”.

O romance foi, no geral, bastante celebrado, e provocou “[...] um escândalo em Portugal porque as pessoas tinham até então acreditado no colonialismo ‘suave’. Agora viam isto exposto como uma mentira” (KRAUSE-LEIPOLDT, 2021). O *Caderno de memórias coloniais* foi, logo após a sua estreia, entusiasticamente aclamado pelo autor e crítico literário Eduardo Pitta (2015), o qual alegou que o livro provocou um terremoto na vida literária portuguesa, mudando o paradigma da literatura pós-colonial em língua portuguesa. Figueiredo foi também louvada por Silva (2020, p. 162), pois, ao opor-se à narrativa oficial da historiografia colonial, trouxe uma voz próxima da memória, refletindo uma imagem paternal, na qual a figura do pai era a do patriarca da família colonial e incorporava, ao mesmo tempo, o ponto de

⁴ Em *Memórias da plantação*, Grada Kilomba (2019, p. 17-18) denota que, em português, o termo *negro/a* está ligado à história colonial, mas tem sido usado como “politicamente correto”. Em inglês e alemão, usam-se as abreviaturas *N-word* e *N.*, respetivamente, a fim de não se reproduzir a violência e o trauma que a palavra implica. Em Portugal, a palavra *preto/a* é historicamente, arbitrariamente e gratuitamente, usada como termo violento de insulto dirigido a uma pessoa negra, estando intimamente ligada ao racismo diário na língua portuguesa.

intersecção da branquitude e da masculinidade; pois são noções heteronormativas de sexualidade e de controle sobre o trabalho racializado.

Além disso, Klobucka, citada por Silva (2020, p. 158-159), ressaltou a frontalidade de Figueiredo ao defrontar as representações do colonialismo e do pós-colonialismo português com os seus postulados de afetuosidade, colocando em primeiro plano a violência e a hipocrisia da sociedade colonial na consciência dos “retornados”⁵, utilizando uma franqueza provavelmente sem igual na literatura pós-colonial lusófona. Estas e outras aclamações proviriam da necessidade, no seio da cultura portuguesa, segundo Silva (2015), de trazer uma leitura mais profunda, mais politizada e mais consciente do processo de descolonização, em um período conturbado da história portuguesa. Desse modo, o romance de Figueiredo foi “uma pedrada no charco da nossa boa consciência colonial e anticolonial” (SILVA, 2015, p. 266).

Um elemento comum na recepção deste romance é a referência à desinibição e à crueza da sua linguagem. O reinsserir de ideias subliminares sobre a inferioridade do/a sujeito/a negro/a pelo uso abundante de todas as cores disponíveis na paleta lexical da supremacia racial, no imaginário português na segunda década dos anos 2000, quase meio século após o fim do império português e do sistema colonial, carece de discussão. Sendo assim, essa questão forma o tema central deste artigo.

O ROMANCE DOS “RETORNADOS” E A RETOMA DO ROMANCE COLONIAL

O impacto de *Caderno de memórias coloniais* coincide com um aumento de interesse pela literatura memorialística colonial nos círculos editoriais e da crítica literária portuguesa no novo milênio. A memória colonial da África firmou-se desde o início do século XXI como subgênero da literatura portuguesa, sendo denominada como literatura dos “retornados”, ou do retorno, ou do romance pós-guerra (colonial) (PERALTA, 2019, p. 332-333). Nesse subgênero destacaram-se, entre outros, o *Caderno de memórias*

⁵ Após a Revolução dos Cravos em Portugal e subsequente processo de descolonização em África, e embora não existam estatísticas confiáveis sobre o número de pessoas regressadas das ex-colónias, a estimativa geral é de meio milhão de pessoas que retornam, ou se refugiam em Portugal. Este grupo foi coletivamente designado como “retornados”, apesar da sua diversidade socioeconómica e de fenótipo.

coloniais (2009), de Isabela Figueiredo, pela polêmica⁶, e *O retorno* (2011), de Dulce Maria Cardoso, pelo estatuto de *best-seller*. Estas duas autoras regressaram a Portugal ainda crianças por altura da descolonização e alicerçaram com os seus livros uma memória traumática de medo, de violência, de despossessão e de perda, como forma de renegociação de uma identidade portuguesa de um grupo de retornados que, logo após o 25 de Abril de 1974, fora hostilizado, criando um *corpus* de literatura no feminino em que firmaram a sua voz autoral, contribuindo para a problematização de temas ligados à sexualidade e ao patriarcado no contexto da memória colonial literária, movendo o enfoque da sexualidade masculina e patriarcal para a subjetividade feminina e as suas vivências coloniais, como explica Garraio (2019, p. 1567). O romance de Figueiredo desestabilizou particularmente “os tropos mais comuns da narrativa quotidiana dos retornados” (PERALTA, 2011, p. 12), ao trocar a noção de um paraíso perdido por um relato virulento da experiência colonial. Denominando-os como “novo romance português”, Marques (2021, p. 749-750) considera-os essenciais numa revisitação africana, na qual a identidade colonial e pós-colonial portuguesa é examinada e alargada a temáticas da família e da mulher colonial, e a vozes marginais, anteriormente omissas na literatura.

As notórias exposições de racismo e exploração colonial no romance de Figueiredo dirigem-se aos retornados que se isentaram de culpa e responsabilidade pelo passado, mas também aos portugueses metropolitanos que espezinham e ridicularizam a autora quando ancorou em Portugal nos anos 1970, e passou da “aceitação e conformação com a humilhação” (MARQUES, 2021, p. 770) à revolta contra a hipocrisia geral da sociedade portuguesa. No entanto, é o sofrimento do corpo negro que é exposto, e deste modo, as imagens e as palavras conotadas com o passado colonial normalizam a violência do poder na língua, e sendo racismo discursivo, o que fica registrado são os códigos, conforme Kilomba (2019, p. 49; 132). Esta autora e artista indica um processo de consciencialização coletiva sobre o racismo, emprestado de Paul Gilroy, no qual se descrevem cinco mecanismos distintos de defesa do ego pelos quais o sujeito branco se torna consciente de sua própria branquitude e de si próprio/a como perpetrador/a do racismo: negação; culpa; vergonha; reconhecimento; reparação (KILOMBA, 2029, p. 43).

⁶ A opinião de uma leitora num blog ilustra a antecipação e regozijo causados pela polêmica: “Esgotou depressa, tive de esperar pela nova fornada e acabei por ler primeiro as entrevistas e as críticas, antes de chegar ao livro. Ai, as polémicas. Os palavrões, os pretos, a má-consciência, o Édipo, o politicamente incorreto. Já ia avisada para isto tudo e mesmo assim, ou talvez por tudo isso, gostei muito do Caderno de Memórias Coloniais da Isabela Figueiredo” (CAETANO, 2010).

Quando em *Caderno de memórias coloniais* Figueiredo expõe a vileza colonial a um setor da sociedade portuguesa após a descolonização, confrontando-o com a culpa e a vergonha, este exercício não passa nem pelo “reconhecimento” nem pela “reparação”. As feridas coloniais e o trauma coletivo histórico do colonialismo no corpo negro são reencenadas como cor local para dar voz aos traumas particulares da autora e da sociedade em que ela se insere.

A desumanização da personagem negra em *Caderno de memórias coloniais* constitui somente uma dimensão simbólica para acolher o enredo que forma o cerne do *pathos* da narrativa, nomeadamente, o trauma da filha de um colono racista, mas por ela amado e desejado num apego quase incestuoso⁷. Abrigada sob o invólucro de denúncia, a autora reproduz uma terminologia ofensiva, que ela denomina como *mimos*, com que o colono português da época tratava o sujeito outrora colonizado. Amontoando-se, dessa forma, ao longo do livro, qualificações como “pretos de merda” ou “porcos negros” (FIGUEIREDO, 2015, p. 202; 211).

Dentro dessa perspectiva, as insinuações a complexos edipianos, combinados com uma linguagem crua para descrever o sujeito negro parecem querer chocar os códigos morais conservadores das elites políticas portuguesas, a quem a autora quer interpelar. Podendo ser denominado de ‘novo romance’ português ou ‘romance de retornados’, *Caderno de memórias coloniais* pauta-se pelo apagamento da voz da personagem negra nas suas páginas, dando continuidade ao paradoxo do romance colonial português da primeira metade do século XX. A incapacidade de superar a sua própria história foi a característica principal do romance colonial⁸:

A identidade entre o colono e a terra colonizada aparece como um mito que a ideologia procura criar. Denunciados pela linguagem, porém, os limites apresentam-se. Em muitos textos o que vemos é precisamente a incapacidade de ultrapassar determinadas barreiras e de superar o lugar de origem, dados que dificultam em muito o próprio trabalho de promover o conhecimento que era, afinal, uma das razões de ser dessa literatura. (CHAVES, 2005, p. 293)

⁷ Numa entrevista à *Vogue* a autora sublinha a inocência da sua memória colonial: “Em suma, trata-se de uma luta silenciosa de uma filha que ama e detesta o pai ao mesmo tempo. Meu olhar de narradora é muito puro e não politizado. É o olhar de uma menina que está a observar uma realidade que não compreende” (FIGUEIREDO, 2018).

⁸ À tipologia geral de que o romance colonial se caracterizou por uma perspectiva exógena, exótica, ou seja, “de fora”, pode-se acrescentar que também houve romances coloniais escritos por sujeitos colonizados, por exemplo, as narrativas do Augusto Bastos (nascido em Benguela, 1875), cujos escritos representavam uma utopia colonial (igualdade de direitos e deveres entre colonizados e colonizadores), conforme Costa (2014).

O romance colonial como gênero literário nunca teve grande prestígio durante a era colonial, não obtendo ressonância nos ambientes metropolitanos, pois limitava-se no geral a projetar o ponto de vista do colono, exaltando frequentemente a ideologia do regime salazarista (CABAÇO, 2007, p. 229). Uma exceção à regra foi o romance *Natureza morta*, de José-Augusto França, publicado em 1949 e reeditado em 1979, quatro anos após a independência das ex-colônias portuguesas. No posfácio à sua reedição, Eduardo Lourenço (1979, p. 174) louvou a França por problematizar a vivência dos europeus na África e retratar os negros colonizados, providenciando análises psicológicas e sociológicas ao seu caráter; e elogiou igualmente o esforço sincero do autor para superar “o contencioso histórico, cultural, ético, ou simplesmente humano suscitado pela colonização [que] se revela tão profundo e transparente como tragédia objectiva”.

Se o título do romance de Figueiredo nos remeteu (ironicamente) ao romance colonial, o seu conteúdo reconstrói uma ponte moderna para o mesmo, e recria uma memória simbólica de luto colonial apaziguado pela nostalgia, “numa versão do século XXI de *África minha*⁹ (1937) de Karen Blix” (MARQUES, 2019, p. 231). Para além de um fascínio pela perversão manifesta na alegada permissividade e promiscuidade sexual da mulher negra, a autora recorre ao exotismo telúrico e erótico da terra: “África, inflamante, sensual e livre. Sentia-se crescer por debaixo dos pés. Tremia. Um coração inchado. Era vermelha. Cheirava a terra molhada, a terra mexida, a terra queimada, e cheirava sempre” (FIGUEIREDO, 2015, p. 59). Neste cenário, o sujeito colonial comparece humilhado, desprezado e acima de tudo violentado metaforicamente, tornando-se meramente uma figura que confere a cor local da vivência colonial racista. Os moçambicanos negros, homens, mulheres e crianças, indigitados a comparecer nesta memória, obedecem estritamente aos mais profundos estereótipos racistas da sociedade colonial da época: “Os criados eram pretos e nós deixávamos-lhes gorjeta se tivessem mostrado os dentes” (FIGUEIREDO, 2015, p. 47); “[H]avia sempre muitos pretos, todos à partida preguiçosos, burros e incapazes a pedir trabalho, a fazer o que lhes ordenássemos sem levantar os olhos” (FIGUEIREDO, 2015, p. 50-51). A subjugação e a humilhação negras são repetidas quase que displicentemente a cada capítulo, o que poderá gerar dessensibilização perante o sofrimento e a humilhação dos seres humanos representados.

⁹ O livro *Out of Africa*, escrito em 1937, foi adaptado para o cinema em 1985, com o título de *Out of Africa*, sob a direção de Sydney Pollack e com os atores Meryl Streep, Robert Redford e Klaus Maria Brandauer nos papéis principais.

As personagens moçambicanas de pele negra em *Caderno de memórias coloniais* não possuem espírito de resiliência humana; transfigurados em meros figurantes, movem-se mudos num cenário de brutalidade colonial. O romance retoma quase à letra os ditames da literatura colonial do século passado, trazendo ao palco literário “figurantes” negros resignados a uma realidade desumanizadora. Supostamente esta configuração pretende ser uma denúncia *sui generis*, um romance colonial desinibido das amarras da convenção moral e política, catalogado deste modo como denúncia pela ironia da reversão. A recepção ao livro demonstra que tal procedimento ardiloso funcionou e Figueiredo trouxe para o centro da arena discursiva da memória colonial a novidade da denúncia anticolonial; para tal, a autora criou um retrato vivo da perversidade do sistema colonial. Sartre (1993), nas *suas Réflexions sur la question juive* [Reflexões sobre a questão do judeu], descreve como o judeu permanece prisioneiro de um sistema de representação que o objetifica e, por conseguinte, o seu comportamento será sempre determinado a partir de fora. Se aplicarmos a mesma tese à forma como o/a sujeito/a negro/a é representado/a em *Cadernos de memórias coloniais*, possivelmente deparamos uma memória colonial degradante, em que o sujeito subalternizado permanece ao longo da narrativa prisioneiro do sistema de representação que o objetificou.

Se em termos meramente literários, o romance poderá ser criticado pelo seu reducionismo sócio-humano e solipsismo literário, é o ato de reinserir em letras vivas a personagem negra desumanizada, e esvaziada de agência própria, na literatura contemporânea portuguesa, e o não-questionamento dessa linguagem que postula o racismo, o que move a crítica ao romance neste artigo. A autora suprime todo um *corpus* literário e político de contestação ao sistema colonial, pela voz dos próprios ex-colonizados; deste modo, não só não faz justiça ao homem e à mulher moçambicanos, mas, ao reinscrever a perversidade da era colonial, prolonga os estereótipos que estão na base do racismo da sociedade portuguesa na atualidade¹⁰.

Soa paradoxal que o *Caderno de memórias coloniais* seja considerado no século XXI um baluarte de denúncia colonial, quando o empreendimento colonial, nas suas fases históricas de crimes contra a humanidade, desde a escravatura às guerras de pacificação, aos massacres da população civil africana indefesa,

¹⁰ O racismo em Portugal vem sendo amiúde denunciado por movimentos antirracistas, mas também por organismos internacionais. Num comunicado de imprensa de 6 de dezembro de 2021, após uma visita de trabalho a Portugal, Dominique Day, presidente do Grupo de Trabalho de Especialistas das Nações Unidas sobre Afrodescendentes, relatou “piadas racistas e até sobre a comparação de pessoas afrodescendentes a macacos”, que refletem “uma mentalidade enraizada na valorização do passado colonial”; enfim, “Portugal ainda tem uma narrativa colonial tóxica”. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772672>.

foi amplamente denunciado por múltiplos autores, e no caso de Moçambique, por eles próprios, já desde o século XIX, e com maior veemência no século XX. Deste modo, anunciar a denúncia colonial como novidade literária, décadas após a independência de Moçambique e das restantes ex-colônias, poderá ser extemporâneo, quando:

[...] interpelações ao poder [colonial] [...] na base de reivindicações locais, embora incipientes, ganham ímpeto e de 1911 a 1945, os mesmos sujeitos-colonizados, pertencentes a pequenas-burguesias locais, compostas por negros assimilados, mestiços e alguns brancos, dão continuidade a um exercício protonacionalista; e de 1947 a 1957 dá-se uma ruptura com a brandura da reivindicação protonacionalista e a partir desse ano até 1961, dá-se a emergência de um discurso nacionalista, em que “o colonialismo é declarado como inimigo irreconciliável dos povos das colônias portuguesas de África”, enquanto que, a presença colonial é considerada um ato de permanente violência. (ANDRADE, 1990, p. 23-24)

No romance de Figueiredo não há espaço de enunciação a qualquer forma de protesto por parte dos/as moçambicanos/as, não obstante o fato de que, desde a implantação da imprensa nas ex-colônias portuguesas, existiram inúmeras expressões de denúncia anticolonial nos jornais e nas letras do século XIX, conforme documentado por Mário Pinto de Andrade (1990) e muitos outros. Desde o século XIX que os sujeitos-colonizados e “letrados” se opunham à ordem colonial, por meio do jornalismo e da literatura, valorizando no processo os valores negro-africanos e repudiando os preconceitos raciais gerados pela expansão colonial em diferentes épocas. Para o caso moçambicano, especificamente, é bem conhecida e notável a atuação dos irmãos Albasini, do Grêmio Africano e dos títulos *O Africano*¹¹ e *O Brado Africano* (1918-1974), no qual José Craveirinha e Noémia de Sousa iniciaram carreira jornalística.

Contudo, no microcosmos criado em *Caderno de memórias coloniais* as personagens moçambicanas negras são retratadas, por definição, como inábeis na denúncia da opressão colonial. No entanto, foi exatamente para repostar uma representação na era colonial permeada de lacunas, sobre a história e cultura dos povos africanos, o que inspirou uma efervescência intelectual negra, dando origem a diversas produções literárias na Casa dos Estudantes do Império, entre 1944 e 1965. A partir deste período, estudantes e escritores angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos e guineenses enriqueceram o panorama literário de

¹¹ *O Africano* surgiu de 1887 a 1892, ressurgindo de 1902 a 1909 como propriedade do Grêmio Africano. Reapareceu de 1911 a 1919. Incluía brancos que, associando-se aos interesses dos africanos, eram críticos ao sistema colonial vigente (ZAMPARONI, 1988, p. 80).

língua portuguesa. Oriundos de diferentes lugares e sob diferentes perspectivas, preencheram o vazio de uma sucessão de lacunas na história dessas terras, ponto de partida para a compreensão de elementos fulcrais da denúncia anticolonial (LIMA, 2020, p. 3).

Como se sabe, “o racismo não é falta de informação sobre a/o Outra/o – como acredita o senso comum –, mas sim a projeção branca de informações indesejáveis na/o “outra/a” (KILOMBA, 2019, p. 117). Nos últimos capítulos do romance de Figueiredo, por ocasião da independência de Moçambique e do inevitável retorno a Portugal, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) é mencionada num contexto em que os colonos portugueses, aparentemente aturdidos pelo 25 de abril de 1974 e os acordos de cessar-fogo que antecederam a independência de Moçambique, em novembro de 1975, aceitam relutantemente a inevitabilidade do seu retorno massivo a Portugal. Na despedida, a autora nomeia a Frelimo de passagem: “Depois veio a guerra, ou seja, a FRELIMO e os gatos ficaram abandonados em Lourenço Marques” (FIGUEIREDO, 2015, p. 127). Os laços de afetividade expressos pela voz adolescente são para com o calor da terra e o pai, que “apodrece” em Moçambique numa prisão da Frelimo (FIGUEIREDO, 2015, p. 201), sendo o restante dos afetos distribuídos pelos gatos de estimação: “Nunca consegui aceitar que tivessem deixado ficar para trás o Bolinhas e o Gimbrinhas” (FIGUEIREDO, 2015, p. 126). O desapego emocional para com os/as moçambicanos/as e o ressentimento pelo momento histórico vivido são compreensíveis, mas neutralizam o valor da denúncia anticolonial.

A LITERATURA E A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO NEGRO

Na demarcação no campo literário de uma memória de África no feminino, Martins reconhece que *Caderno de memórias coloniais* e outros de autoria feminina partem da assunção de uma subjetividade múltipla, fraturada, e das correspondentes vozes e perspectivas de narração e enunciação, mas centram-se numa epistemologia antilogocêntrica, antiobjetiva, não linear, mas intuitiva, sensual e do corpo; que percebe a realidade simultaneamente na sua materialidade e como uma trama complexa. Assim, tem-se a conjugação, mais ou menos acentuada, da “dimensão meta-narrativa que a disjunção subjetiva permite: ou seja, a reflexão concomitante sobre o próprio modo de ver o mundo e de contar, patente na profunda ironia [...] e na crueza,

por vezes brutal [...] de Figueiredo” (MARTINS, 2011, p. 26-27). Constituem-se opções estéticas que materializam a recusa da narrativa da história no masculino, uma atitude de oposição – entendida como sexual – em relação à epistemologia e às narrativas hegemônicas e masculinas sobre o Império e a respectiva História oficial e pública.

Ainda, Martins (2011, p. 27) considera que estas contranarrativas foram motivadas por subalternidades próprias ao processo de emancipação da mulher portuguesa, ocorrida simultaneamente com a libertação da opressão colonial. Essas contranarrativas revelaram-se, porém, incapazes de reconhecer a produção de outras relações de opressão e de outras subalternidades e, deste modo, o processo de dar voz (à mulher branca) tornou-se concomitante com o processo de silenciamento da mulher negra.

Em seções anteriores apontou-se que a capacidade de agência e de denúncia do sujeito colonizado sobre a sua própria condição foi ignorada no romance de Figueiredo. Este silenciamento torna-se gritante na projeção de imagens da mulher negra moçambicana incisivamente degradantes. Talvez esta seja a faceta mais cruel do livro de Figueiredo. Nas suas indagações sobre o racismo nas sociedades ditas ocidentais, Kilomba (2019, p. 104) refere-se amiúde ao interesse suscitado pela genitália e sexualidade negras. Se a palavra *preto* em Portugal assiduamente remete a códigos insultuosos e de inferiorização, a referência nesse país às partes íntimas de uma mulher, se branca, mãe e filha, são atentados à honra. No romance, havendo comparações entre as partes íntimas das mulheres brancas e negras, a descrição das partes íntimas das mulheres brancas merecem um certo recato. Porém, no que se refere à mulher negra, ao longo do romance, assiste-se a uma normalização de descrições gráficas, tais como: “As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como os animais. A cona era larga. A das brancas não, era estreita, porque as brancas não eram umas cadelas fáceis” (FIGUEIREDO, 2015, p. 38-39).

Do mesmo modo, as múltiplas referências à promiscuidade e à permissividade animalesca da mulher negra se configuram ultrajantes e, diremos, gratuitas, no desrespeito à humanidade da mulher negra como mãe, filha e irmã (embora esta parte tenha obtido uma contrarresposta no prefácio de Chiziane na 6ª edição). No âmbito do feminismo, a par da desvalorização da capacidade de agência da mulher africana, Bakare-Yusuf declara que ao:

Assumirmos que as mulheres são automaticamente vítimas e os homens vitimizadores, caímos na armadilha de confirmar os próprios sistemas aos quais propusemos criticar. Falhamos em reconhecer como agentes sociais podem desafiar de maneiras complexas as suas posições e identidades atribuídas e, indiretamente, ajudamos a reificar ou totalizar instituições e relações opressivas. Ao invés de ver o patriarcado como um sistema fixo e monolítico, seria mais útil mostrar como o patriarcado é constantemente contestado e reconstituído (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 4).

Figueiredo, ao retratar não só a mulher moçambicana, mas todo o povo africano, como vítimas inertes e seres humanos inferiores, reafirma o próprio sistema denunciado. A reafirmação é fortalecida pela omissão de qualquer alusão aos protestos dos ex-colonizados em reação às injustiças coloniais.

O argumento chave proposto neste artigo foi, pois, o de que a leitura de *Caderno de memórias coloniais* impõe uma representação da personagem negra desnudada da sua humanidade e agência num romance *moderno*, acorrentando-a ao lugar de subalternidade. Muito foi escrito sobre o racismo em língua portuguesa, raramente com o discernimento de Grada Kilomba (2019, p. 158) quando ela, por exemplo, se refere à *ferida* do presente, que é ainda a *ferida* do passado, porque o colonialismo é vivenciado como real quando o passado colonial é reencenado por meio do racismo quotidiano, que remonta ao próprio colonialismo.

Na antípoda do pensamento racista que se insinua e se imprime na representação do/a negro/a na contemporaneidade, encontramos resquícios da memória da escravização, o que torna necessário abordar este assunto no contexto da literatura abolicionista (esta, na época, também pretensamente antirracista). A 3 de fevereiro de 1846 um jornal espanhol publicou o anúncio: “Se vende una negra por no necesitarla su dueño. Congoleña, de veinte años y con una cría de 11 meses sana” (*apud* VIANA, 2019) [Vende-se uma negra porque o dono não necessita dela. Congolesa, de vinte anos e com uma cria de 11 meses sã]. Em pleno século XXI, a lembrança desse anúncio na secção de venda de escravos, na imprensa espanhola do século XIX, o qual apregoava a venda de uma negra sã e sem defeitos, causa repugnância moral profunda. A normalização do que agora nos afigura como moralmente repugnante ocorrera ao longo dos séculos em que durou o comércio escravagista na Península Ibérica, no resto da Europa e nos diversos territórios coletivamente designados de Novo Mundo, ou seja, as Américas. Foi um longo e moroso processo até à abolição da

escravatura¹² e à universalização da ideia de que o tráfico negreiro constituía um ultraje à mais intrínseca sensibilidade moral e decência humana.

A literatura, entre outros fatores, contribuiu para essa repugnância, particularmente nos Estados Unidos, cujo exemplo mais paradigmático é o livro *A cabana do Pai Tomás* (1852), da norte-americana Harriet Beecher Stowe, o qual humanizou o escravo no imaginário popular *ocidental*¹³, ao contrapor o amor cristão ao fator destrutivo da escravidão de seres humanos. Porém, diversas narrativas sobre escravos, nos Estados Unidos do século XIX ao século XX, encontraram respaldo em trabalhos literários, nos quais persistiram representações racistas de tal forma virulentas que movimentos de defesa dos direitos cívicos dos Negros norte-americanos, em formação, se sentiram no dever de responder. Estes apontavam que no discurso abolicionista do século XIX, subjacente à literatura daí advinda nas décadas seguintes, as representações de escravos e negros, combinadas com opiniões e visões antiescravagistas, entrelaçavam na trama narrativas de teor pró-escravocratas. Uma interconexão que poderia ser ou não uma coincidência de perspectiva, mas repetidamente a escrita abolicionista poderia ser tão racista quanto a escrita pró-escravatura, oferecendo imagens negativas de negros como ignorantes e moralmente subdesenvolvidos. Quando no livro *A cabana do Pai Tomás*, a escritora Harriet Beecher Stowe contrapõe Eva, “a bela criança nobre”, e Topsy, “a africana, nascida de idades de opressão, submissão, ignorância, labuta e vício”, sugere uma diferença racial entre brancos e negros dificilmente superada pela própria abolição da escravatura (SINANAN, 2007, p. 61-80).

Sendo o paternalismo e a missão civilizadora compatíveis com posições de abolição da escravatura, os estereótipos negativos na representação do negro sobreviveram à abolição da escravatura e persistiram como legado até aos dias de hoje. Na Europa subsistem ainda padrões raciais de paternalismo e exclusão mediados pela cultura, os quais restringem uma mobilidade social transversal no seio da sua cultura. Estes padrões são, segundo Hondius (2014, p. 3), uma herança da história imperial e escravagista europeia, que se mantém nos dias de hoje, assente em representações subliminares do homem e da mulher negros a partir de imagens de

¹² Embora a Inglaterra proibisse em 1807 o comércio de escravos, até 1865 somente 150.000 seres humanos tinham sido libertos. Em Portugal percorreu-se um longo caminho à abolição da escravatura, desde a tímida proclamação em 1761 pelo Marquês de Pombal da abolição da importação de escravos para Portugal metropolitano, até à abolição oficial da escravatura no Brasil com a Lei Áurea em 1888, e na maior parte dos países europeus signatários em 1890 das resoluções da Conferência de Bruxelas, que adotou um conjunto de medidas abolicionistas semiuniversalistas. Disponível em: <https://www.globallaveryindex.org/2018/data/maps/#prevalence>.

¹³ O termo “ocidental” refere aqui o mundo ocidental, que abrange culturas e países influenciados ou ligados à cultura europeia.

infantilização e de paternalismo, de exotismo, de fascínio e de bestialidade, projetando a inerente inferioridade do/a negro/a culturalmente.

À perpetuação da projeção do conjunto de estereótipos acima citados, junta-se o benevolente ensejo de reinscrever, até à exaustão, a narrativa do sofrimento a que o sujeito negro foi submetido, vítima da opressão racial, mas sem que este possua alguma complexidade psicológica e resiliência humana, ou agência que o torne capaz de interceder na sua própria autonomia. Frederick Douglass descreve a sua frustração em não poder expressar-se como homem livre e culto e em ser instrumentalizado pelos abolicionistas para repetir a sua abominável experiência de ser humano escravizado, mês após mês, ano após ano em aparições públicas a favor da causa da abolição: “Dê-nos os fatos, disse Collins, nós cuidaremos da filosofia” (DOUGLASS, 1855, p. 361).

Da mesma forma que o movimento abolicionista dos EUA acabou por patrocinar uma literatura tão ou mais racista do que a pro-escravagista, portanto, Figueiredo, no seu livro, numa denúncia que se pode considerar extemporânea e permeada de lacunas sobre o sistema colonial português, reinsere a noção de inferioridade do negro africano na memória colonial. O romance em análise sustenta a continuidade da subalternidade, projetando a infâmia do colonialismo sobre o silêncio da voz do ex-colonizado retratado. O modelo da relação entre o colonizador e o colonizado prevalece, para além do momento histórico que o produziu. De fato, a originalidade do romance consiste na profusão lexical derogatória sobre o sujeito negro, anteriormente impensável pela norma de um certo decoro literário. Considerando esta desinibição um dos méritos do livro, a tão aclamada denúncia do colonialismo português não redime a memória colonial de moçambicanos nem dos portugueses, limitando-se a quebrar com um certo “pudor” português no confronto com aspectos mais insidiosos do seu empreendimento colonial.

COMENTÁRIOS FINAIS

No referente a possíveis ilações destas memórias, a autora defendeu publicamente que “a literatura não deve ser didática”¹⁴, contradizendo, assim, à partida, a validade da sua denúncia. A voz do Outro (o/a

¹⁴ Literatura não deve ser didática, diz Isabela Figueiredo no *Fronteiras. Folha de S. Paulo*, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/12/literatura-nao-deve-ser-didatica-diz-isabela-figueiredo-nofronteiras.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2021.

moçambicano/a) foi anulada, impossibilitando um revezamento da História. No romance, em nenhuma passagem são denunciadas atrocidades coloniais que constituíram crimes de guerra. Obviamente que a autora não tinha a obrigação de se referir, por exemplo, ao infame “massacre de Wiriyamu”¹⁵. No entanto, numa entrevista ao jornal *El País-Brasil*, Figueiredo relata que, num encontro com o escritor angolano Eduardo Agualusa, este propôs-lhe que ela escrevesse sobre o “massacre de Wiriyamu”. As razões desta sugestão poderiam advir do fato de que, sendo a autora uma reputada voz da denúncia anticolonial, e levando em conta que o referido massacre, perpetrado pelo exército colonial em 1972, carecia, ainda na época, de reconhecimento público no âmbito da memória da guerra colonial, talvez fosse um tema pertinente. A autora, na mesma entrevista, alegou ter respondido nada saber sobre tal massacre (FIGUEIREDO, 2018).

Por último, reiteramos o argumento de que os insultos enunciados na linguagem do romance degradam profundamente o homem e a mulher moçambicanos, por proceder-se a uma reinscrição do/a sujeito/a negro/a no imaginário literário em português sem uma contraproposta. Essa opinião poderia ser contestada pelo contra-argumento de que Figueiredo empregou a ironia nas descrições de crueza racista, ou seja, ela simplesmente mostrou o racismo fazendo uso figurativo da *ironia*¹⁶. Porém, o uso desta figura de estilo, na sua interpretação socrática, refere-se à disposição fingida de aprender com outrem, a quem se interroga habilmente, fazendo-o entrar em contradição e evidenciando o caráter errôneo de suas concepções (BALDICK, 2001, p. 130).

No entanto, observa-se o emprego da ironia, em *Caderno de memórias coloniais*, mais na forma de sarcasmo e troça, pelo uso profuso de disfemismos. Os portugueses e os colonos brancos são parodiados e os negros moçambicanos humilhados. Assim, o uso da ironia, em que a vergonha e a humilhação de outrem

¹⁵ O Massacre de Wiriyamu ou Operação Marosca, foi um massacre da população civil em 1972 por soldados portugueses durante a guerra de libertação de Moçambique. Mais sobre este tema em: DHADA, Mustafah. *O massacre português de Wiriyamu: Moçambique, 1972* (2018).

¹⁶ No geral, o uso da ironia na literatura envolve o herói ingênuo ou iludido ou o narrador não-credível, cuja visão de mundo difere amplamente das verdadeiras circunstâncias reconhecidas pelo autor e leitores; a ironia literária, portanto, lisonjeia a inteligência dos seus leitores à custa de um personagem (ou narrador fictício). Uma sensação semelhante de desapego e superioridade é alcançada pela ironia dramática, em que o público sabe mais sobre a situação de um personagem do que o personagem faz, prevendo um resultado contrário às expectativas do personagem e, portanto, atribuindo um sentido nitidamente diferente de algumas das próprias declarações do personagem; dentro o que é chamado de ironia trágica. O termo ironia cósmica é às vezes utilizado para denotar uma visão das pessoas como tolas, zombando-as como vítimas de um cruel destino, como nos romances de Thomas Hardy. Um escritor cujas obras são caracterizadas por um tom irônico pode ser chamado de ironista. Para um relato mais completo, consulte-se: MUECKE, D. C. *Irony and the Ironic* (1982).

servem à chacota, ultrapassa as fronteiras do sarcasmo, e na sua extrema dureza pretende simplesmente ferir, tornando-se puro cinismo, dissimulado em escárnio.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário Pinto de. *As ordens do discurso do clamor africano* – continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, fev. 1990. [Publicação para circulação interna].

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: a fenomenologia da existência feminina africana. Trad. Aline Matos da Rocha e Emival Ramos. *Feminist Africa*, Changing cultures, Acra, Institute of African Studies and the University of Ghana, n. 2, p. 1-17, 2003. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/bibi_bakare-yusuf_-_al%C3%A9m_do_determinismo._a_fenomenologia_da_exist%C3%Aancia_feminina_africana.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

BALDICK, Chris. *The Concise Oxford Dictionary of Literary Terms*. New York: Oxford University Press, 2001.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007, 475 f., (Tese de doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAETANO, Maria João. Mundo perfeito. In: _____. *A gata Christie*. 4 fev. 2010. Disponível em: <https://agatachristie.blogs.sapo.pt/31190.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1989.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique*. Experiência colonial e territórios literários. Cotia, Ateliê Editorial, 2005.

CHIZIANE, Paulina. Sobre *Caderno de memórias coloniais*. In: FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Alfragide: Caminho, 2015, p. 15-22.

COSTA, Cátia Miriam da Silva. *Continuidades e discontinuidades da colonização portuguesa: literatura e jornalismo entre a utopia e a realidade*. 2014, 320 f., (Tese de doutoramento em Literatura e Estudos Lusófonos), Universidade de Évora, Évora.

DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. Part I – Life as a Slave. Part II – Life as a Freeman. New York and Auburn: Miller, Orton & Mulligan, 1855. Disponível em: <https://docsouth.unc.edu/neh/douglass55/douglass55.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Alfragide: Caminho, 2015.

FIGUEIREDO, Isabela. “Compreendi o racismo sozinha, de acordo com o exemplo de Cristo, com o que lia na literatura” [Entrevista concedida ao jornal *El País-Brasil*]. *El País-Brasil*, 27 jul. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/27/cultura/1532649627_357510.html. Acesso em: 15 dez. 2021.

FIGUEIREDO, Isabela. Escritora Isabela Figueiredo fala sobre sua narrativa repleta de referências pessoais: autora do aclamado *A gorda*, seu segundo livro, e atração da Flip, a moçambicana fala à *Vogue* [Entrevista concedida a Laís Franklin]. *Vogue-cultura*, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://vogue.globo.com/lifestyle/cultura/noticia/2018/07/escritora-isabela-figueiredo-fala-sobre-sua-narrativa-repleta-de-referencias-pessoais.html>. Acesso em: 15 dez. 2021.

GARRAIO, Júlia. Framing Sexual Violence in Portuguese Colonialism: On some practices of contemporary cultural representation and remembrance. *Sage Journals Series Violence Against Women*, v. 25, n. 13, p. 1558–1577, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1077801219869547>. Acesso em: 22 dez. 2021.

GIL, José. Sobre *Caderno de memórias coloniais*. In: FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Alfragide: Caminho, 2015, p. 23-28.

HONDIUS, Dienke. *Blackness in Western Europe: Racial patterns of paternalism and exclusion*. London and New York: Routledge-Taylor & Francis Group, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAUSE-LEIPOLDT, Heike. Não foi um colonialismo “suave” – Isabela Figueiredo sobre a dicotomia entre a família e a opressão em Moçambique. *Lesart*, 1/2021. Disponível em: <https://camoesberlim.de/wp-content/uploads/2021/03/IF-Lesart.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LIMA, Matheus Henrique da Silva. Apontamentos sobre História e Literatura: a poesia de combate e a literatura de resistência na Coleção Autores Ultramarinos da Casa dos Estudantes do Império (1944-1965). *Comunicação no XIII encontro Estadual de História – História e Mídias, narrativas em disputa*, Recife, 15 a 18 de setembro de 2020.

LOURENÇO, Eduardo. Triste África: posfácio. In: FRANÇA, José-Augusto. *Natureza morta*. Lisboa: INCM, 1979, p. 171-179.

MARQUES, Irene. Symbolical Recreations of “Wholeness”: Memory, mourning, nostalgia and counter-nostalgia of the colonial in Karen Blixen and Isabela Figueiredo. *Portuguese Studies Review*, Theme Issue: Memória, Identidade e Representações no Mundo Lusófono, v. 27, n. 1, p. 135-176, 2019.

MARQUES, Sandra Isabel. Motivações para uma revisitação de África: contributo no feminino para a literatura (pós-)colonial. *Caderno Seminal – Estudos da literatura: Escrita de mulheres: prosa em língua portuguesa e comparatismos*,

n. 39, p. 742-797, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view/58284>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MARTINS, Catarina. Deixei o meu coração em África: memórias coloniais no feminino. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, Oficina n. 375, p. 3-31, 2011.

PERALTA, Elsa. Conspirações de silêncio: Portugal e o fim do império colonial. *Le Monde Diplomatique*, 21 fev. 2011.

PERALTA, Elsa. A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação. *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, n. 231, p. 310-337, 2019. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n231_a04.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

PITTA, Eduardo. Isabela Figueiredo. In: PITTA, Eduardo. *Da literatura: desde 2005 o blogue de Eduardo Pitta*. 24 set. 2015. Disponível em: <https://daliteratura.blogspot.com/search?q=isabela+figueiredo>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Margarida Calafate Ribeiro sobre *Caderno de memórias coloniais*. In: *Angelus Novus*, 18 fev. 2010. Disponível em: <https://angnovus.wordpress.com/2010/02/18/margarida-calafate-ribeiro-sobre-%c2%abccaderno-de-memorias-coloniais%c2%bb/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SARTRE, Jean-Paul. *Réflexions sur la question juive*. Paris: Gallimard, 1993.

SILVA, Daniel F. Imperial Cryptonomy: Colonial specters and Portuguese exceptionalism in Isabela Figueiredo's *Caderno de memórias coloniais*. In: _____. *Anti-Empire: Decolonial interventions in Lusophone literatures*. Liverpool: Liverpool University Press, 2020, p. 173-207.

SILVA, Luciana Moreira. (Des)identidades retornadas: da nostalgia à crítica do colonialismo suavezinho dos portugueses. In: RODRIGUES-MOURA, Enrique; WIESER, Doris (Orgs.). *Identidades em movimento: construções identitárias na África de língua portuguesa e seus reflexos no Brasil e em Portugal*. Frankfurt am Main: Frankfurt/M, 2015, p. 253-271. Disponível em: https://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00002274/BLB%2028%20Identidades%20em%20Movimento.pdf;jsessionid=335BF706B9E015DEB2A2C175473F79C6. Acesso em: 03 jul. 2022.

SINANAN, Kerry. The Slave Narrative and the Literature of Abolition. In: FISCH, Audrey (Ed.). *The Cambridge Companion to the African American Slave Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 61-80.

VIANA, Israel. “Se vende negra sin defectos”: así era la impune venta de esclavos en la prensa española del siglo XIX. In: *ABC Historia*, 14 mar. 2019. Disponível em: https://www.abc.es/historia/abci-vende-negra-sin-defectos-impune-venta-esclavos-prensa-espanola-siglo-201903140155_noticia.html#vca=rss-inducido&vmc=abc-es&vso=wh&vli=noticia.foto. Acesso em: 22 jan. 2022.

ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: trajetória de *O Africano* – 1908-1920. *Revista do Centro de Estudos Africanos*, São Paulo, n. 11, p. 73-86, 1988.

Submissão: 28 de fevereiro de 2022

Aceite: 10 de maio de 2022